

SUMÁRIO

.....

PARTE I **Os meios de impugnação dos pronunciamentos judiciais**

CAPÍTULO I – Premissas interpretativas 31

1. Privatismo e publicismo: vetores que norteiam o sistema recursal 31
2. A colaboração dos sujeitos processuais na construção da decisão judicial e os seus reflexos no sistema recursal 33
3. A filtragem constitucional e o *iura novit curia* 35
4. Contraditório “participação” e contraditório “influência” 38

CAPÍTULO II – Os meios de impugnação dos pronunciamentos judiciais 41

1. Natureza jurídica dos recursos 41
2. O reexame necessário 44
 - a) Natureza jurídica do reexame necessário.....44
 - b) O reexame necessário na legislação especial.....48
3. A classificação dos meios de impugnação dos pronunciamentos judiciais 50
4. A classificação dos recursos 52

CAPÍTULO III – Princípios informativos do sistema recursal 57

1. Duplo grau de jurisdição	60
a) Conveniência ou não de sua adoção.....	61
b) Duplo grau e ampla recorribilidade.....	64
2. Taxatividade	66
3. Unirrecorribilidade ou singularidade	67
4. Fungibilidade recursal	69
5. Primazia do julgamento de mérito	75
6. Dialeciticidade	78
7. Superação do princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	80

PARTE II

Admissibilidade, mérito e efeitos dos recursos

CAPÍTULO I – Juízo de admissibilidade dos recursos 85

1. Competência para o exame de admissibilidade dos recursos	87
2. Conhecimento e provimento do recurso. Vícios das decisões e questões de ordem pública	89
3. Natureza do pronunciamento judicial relativo à admissibilidade recursal	91

CAPÍTULO II – Efeitos dos recursos 93

1. Efeito devolutivo	93
2. Efeito suspensivo	96
3. Efeito substitutivo	97
4. Demais efeitos decorrentes da interposição do recurso	98

4.1. Efeito obstativo	98
4.2. Efeito regressivo	99
4.3. Efeito expansivo	99
4.4. Efeito translativo	101

PARTE III

Teoria geral dos recursos

TEORIA GERAL DOS RECURSOS	105
1. Comentários ao art. 994 do CPC	105
a) Taxatividade legal.....	105
b) Cabimento	106
c) Extinção dos embargos infringentes	106
d) Espécies de agravo.....	106
e) Tipicidade	107
2. Comentários ao art. 995 do CPC	107
a) Eficácia imediata das decisões	107
b) Imposição legal ou concessão judicial.....	108
c) Tutela provisória recursal e a suspensão da eficácia da decisão recorrida	108
d) ADI 5.415	108
3. Comentários ao art. 996 do CPC	109
a) Legitimidade recursal.....	109
b) Legitimidade recursal das partes	110
c) Situações equiparáveis	110
d) Legitimidade recursal dos terceiros	111

d.1) Retrospecto histórico	111
d.2) A condição de “terceiro”	112
d.3) O interesse recursal do “terceiro”	112
d.4) A posição atual.....	113
d.5) O regime recursal do “terceiro” prejudicado e o processo eletrônico	114
d.6) Mecanismos impugnativos autônomos.....	115
e) Legitimação do Ministério Público.....	115
f) Legitimidade de outros sujeitos processuais.....	116
g) A hipótese do art. 77 do CPC 2015	117
h) Legitimação recursal do advogado	118
i) Legitimidade recursal concorrente entre advogado e sociedade de advogados	119
j) Legitimidade recursal do <i>amicus curiae</i>	119
k) Outros casos de legitimidade recursal extraordinária	120
l) Legitimação recursal da autoridade coatora	121
m) Legitimação recursal em matéria de ação popular	122
4. Comentários ao art. 997 do CPC	122
a) O emprego do recurso adesivo	122
b) Origem histórica e nomenclatura	123
c) Pressuposto (sucumbência recíproca)	123
d) Processamento	124
e) Taxatividade do inc. II do § 2º do art. 997 do CPC.....	125
f) Prejudicialidade ou perda de interesse recursal superveniente do recurso adesivo	125
g) Restrições	125
5. Comentários ao art. 998 do CPC	126

a) Fatos extintivos, modificativos ou impeditivos da admissibilidade recursal	126
b) Ato unilateral	126
c) Desistência recursal e a pendência de questões interlocutórias proferidas na fase de cognição não preclusas	127
d) Autonomia das questões subjacentes aos recursos repetitivos	128
e) Efeitos da desistência	128
f) Momento de exteriorização.....	128
g) Desistência e honorários recursais.....	129
6. Comentários ao art. 999 do CPC	130
a) Ato unilateral	130
b) Efeitos da renúncia	130
c) Renúncia e recurso adesivo	131
7. Comentários ao art. 1.000 do CPC	132
a) Aceitação.....	132
b) Modalidades	132
c) A execução provisória e o depósito realizado em Juízo	133
8. Comentários ao art. 1.001 do CPC	133
a) Impugnação dos atos decisórios relevantes	133
b) Delimitação do interesse recursal.....	133
c) CPC de 1973	134
d) A regra do art. 1.001 do CPC	134
9. Comentários ao art. 1.002 do CPC	134
a) Extensão do recurso	134
b) Ainda do interesse recursal.....	135
10. Comentários ao art. 1.003 do CPC	135
a) Tempestividade.....	136

b) Justa causa	137
c) Padronização dos prazos.....	137
d) Contagem em dias úteis	138
e) Comprovação do feriado local.....	138
f) Fazenda Pública, Defensoria e MP	139
g) Diferentes procuradores.....	139
h) O prazo de interposição de recurso pelo réu contra decisão proferida anteriormente à citação	140
i) Critérios de intimação.....	140
j) Intimações via DJen	140
k) Atos processuais praticados por meio eletrônico	141
l) Protocolo integrado e postagem no correio	141
m) O prazo de interposição do recurso contra decisão em matéria de tutela de urgência nos Juizados Especiais Federais.....	142
n) Regras especiais em matéria de prazo.....	142
11. Comentários ao art. 1.004 do CPC	143
a) Morte da parte durante o prazo recursal.....	143
b) Morte do advogado durante o prazo recursal.....	143
c) Força maior capaz de suspender o curso do processo.....	143
12. Comentários ao art. 1.005 do CPC	144
a) Regra do <i>caput</i> do art. 1.005 do CPC	144
b) Litisconsórcio unitário	144
c) Fixação de verba honorária.....	145
d) Litisconsortes e recurso adesivo	145
e) Autonomia ou prejudicialidade dos recursos concomitantes interpostos pelos diferentes litisconsortes.....	145
13. Comentários ao art. 1.006 do CPC	146
a) Trânsito em julgado	146

b) Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido.....	146
14. Comentários ao art. 1.007 do CPC	146
a) Preparo	147
b) Insuficiência, não recolhimento, pagamento “em dobro” e deserção	148
c) Complementação	148
d) Justo impedimento.....	150
e) A questão envolvendo a recepção ou não da Súmula 484 do STJ.....	150
f) Equívoco no preenchimento da guia	151
g) Exceções.....	152
h) Isenção recurso principal e recurso adesivo.....	152
i) Assistência judiciária gratuita.....	153
j) Justiça Federal	154
15. Comentários ao art. 1.008 do CPC	154
a) Efeito substitutivo	154
b) Honorários recursais	155
c) Vício de procedimento	155
d) Substituição parcial	156
e) Importância da matéria	156

PARTE IV

Recursos em espécie

CAPÍTULO I – Apelação	159
1. Comentários ao art. 1.009 do CPC	159
a) Cabimento.....	159
b) Questões resolvidas na fase cognitiva não preclusas	160

c) Autonomia ou dependência do pleito deduzido em contrarrazões	161
d) Apelo principal e adesivo concomitantes?	162
e) A recorribilidade das sentenças parciais	163
f) Matérias argúveis na apelação	163
g) Sucumbência recursal.....	163
h) Matérias arroladas no art. 1.015 do CPC e decididas na sentença	165
i) Matérias atípicas deduzidas em contrarrazões.....	165
2. Comentários ao art. 1.010 do CPC	166
a) Sistemática de interposição.....	166
b) Qualificação das partes	167
c) Razões do pedido de reforma ou decretação de nulidade	167
d) O pedido de “nova” decisão	167
e) Intimação do recorrido.....	167
f) Recurso adesivo.....	168
g) Ausência de juízo de admissibilidade prévio.....	168
h) Inadmissibilidade do apelo	168
i) Juízo de retratação	168
3. Comentários ao art. 1.011 do CPC	169
a) Processamento da apelação e decisões monocráticas.....	169
b) O princípio da primazia do julgamento de mérito.....	169
c) Julgamento colegiado	170
d) Técnica de julgamento do art. 942 do CPC.....	170
4. Comentários ao art. 1.012 do CPC	171
a) A regra do caput do art. 1.012 do CPC	171
b) Ausência de pronunciamento do juízo <i>a quo</i> acerca dos efeitos típicos do recurso	172

c) Hipóteses excepcionais envolvendo a ausência do efeito suspen- sivo.....	172
d) Cumprimento provisório da sentença.....	173
e) Atribuição de efeito suspensivo <i>ope iudicis</i>	173
f) Requisitos para suspensão da eficácia da sentença.....	174
g) Discrepância com o regime da impugnação das sentenças parciais de mérito.....	174
5. Comentários ao art. 1.013 do CPC	175
a) Do efeito devolutivo	175
b) Os §§ 1º e 2º do art. 1.013 do CPC	176
c) Honorários recursais.....	177
d) O § 3º do art. 1.013 do CPC	178
e) O pedido recursal das partes e o § 3º do art. 1.013 do CPC	179
f) Superação da prescrição e decadência.....	180
6. Comentários ao art. 1.014 do CPC	180
a) Questões de fato.....	180
b) Matérias de ordem pública.....	180
c) Inovação recursal	180
CAPÍTULO II – Agravo de instrumento	181
1. Comentários ao art. 1.015 do CPC	181
a) Opção pela concentração da recorribilidade ordinária	182
b) A discussão sobre a taxatividade das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento (tema 988 do STJ)	182
c) Ressalvas quanto ao uso do mandado de segurança como sucedâ- neo recursal	184
d) Agravo de instrumento contra as decisões que envolvam tutelas provisórias.....	184

e) Decisões relativas ao mérito	185
f) Hipóteses que recomendam a recorribilidade imediata	185
g) Desconsideração da personalidade jurídica	186
h) Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	186
i) Exibição ou posse de documento ou coisa.....	186
j) Exclusão de litisconsorte.....	187
k) Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.....	187
l) Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	188
m) Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º.....	188
n) Outros casos expressamente referidos em lei	188
o) Afetação e desafetação de recursos	189
p) Agravo de instrumento e ação de improbidade	189
q) Outras leis especiais	190
r) Agravo de instrumento dirigido ao STJ	190
s) Cabimento do agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	190
2. Comentários ao art. 1.016 do CPC	191
a) Forma de interposição	191
b) Processamento em apartado	191
c) Cassação da decisão inválida e devolutividade da matéria ao órgão <i>ad quem</i>	192
d) Nome e endereço dos advogados atuantes no processo	192
3. Comentários ao art. 1.017 do CPC	192
a) Processos físicos e eletrônicos.....	193
b) Competência delegada e plataformas distintas	194
c) Certidão de intimação e comprovação por outros meios.....	195

d) Demais peças obrigatórias (CPC, art. 1.017, I).....	195
e) Peças facultativas (CPC, art. 1.017, III)	196
f) Declaração acerca da ausência de peças obrigatórias (CPC, art. 1.017, II)	196
g) Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	196
h) Exigência de custas, porte e retorno.....	197
i) Protocolo no correio e outras formas de interposição.....	197
4. Comentários ao art. 1.018 do CPC	197
a) Tramitação física e eletrônica.....	198
b) Ônus da arguição.....	198
c) Momento para alegação do não cumprimento da regra do art. 1.018 do CPC.....	199
d) Demonstração de prejuízo à parte agravada	199
e) Juízo de retratação e prejudicialidade do agravo.....	200
5. Comentários ao art. 1.019 do CPC	200
a) Prerrogativa de negar seguimento ao agravo de instrumento (CPC, art. 932, III e IV).....	200
b) Atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento ou antecipação dos efeitos da tutela recursal (CPC, art. 1.019, I).....	201
c) Recorribilidade dos pronunciamentos monocráticos	202
d) A oitiva do agravado (CPC, art. 1.019, II)	202
e) Intimação do Ministério Público (CPC, art. 1.019, III)	202
6. Comentários ao art. 1.020 do CPC	202
a) Submissão do recurso ao colegiado.....	202
b) Sustentação oral (CPC, art. 937, VIII).....	203
CAPÍTULO III – Agravo interno	205
1. Comentários ao art. 1.021 do CPC	205

a) Prazo para interposição do agravo interno e oferecimento de contrarrazões.....	206
b) O controle das decisões monocráticas	206
c) Exame dos pressupostos de admissibilidade do agravo interno	206
d) Juízo de retratação, novos fundamentos e possibilidade de novo agravo interno.....	207
e) Decisões monocráticas e unipessoais agraváveis.....	207
f) Decisões presidenciais	207
g) Afetação e desafetação de recursos	208
h) Desconsideração da personalidade jurídica	209
i) Requisitos de admissibilidade do agravo interno.....	209
j) Dever de fundamentação substancial	209
k) Fungibilidade recursal.....	209
l) Sanção imposta ao agravo protelatório	210
m) Pressuposto objetivo de admissibilidade de outros recursos	210

CAPÍTULO IV – Embargos de declaração 211

1. Comentários ao art. 1.022 do CPC	211
a) Cabimento.....	211
b) Vícios e decisões embargáveis	212
b.1) Obscuridade	212
b.2) Contradição	213
b.3) Omissão.....	214
b.4) Erro material	215
2. Comentários ao art. 1.023 do CPC	215
a) Interposição	216
b) Processamento	216
3. Comentários ao art. 1.024 do CPC	217

a) Procedimento.....	218
b) Fungibilidade e conversão dos embargos de declaração.....	218
c) Complementação do recurso precipitado	218
d) Desnecessidade de ratificação do recurso precipitado na rejeição dos embargos.....	219
e) Impossibilidade de reforma para pior	219
4. Comentários ao art. 1.025 do CPC	220
a) Prequestionamento	220
b) Superação (ou não) da Súmula 211 do STJ	221
c) Prequestionamento e matérias de ordem pública.....	222
d) Voto vencido	223
e) Prequestionamento ficto e arguição de violação ao art. 1.022 do CPC	223
5. Comentários ao art. 1.026 do CPC	224
a) Efeito interruptivo.....	224
b) Interposição de embargos de declaração em face de decisão de inadmissibilidade do recurso especial e interpretação restritiva do efeito interruptivo.....	225
c) Ausência de efeito suspensivo.....	225
d) Embargos protelatórios	226
e) Percentual de aplicação da multa e valor da causa irrisório	226
f) Pressuposto objetivo de admissibilidade de outros recursos.....	227
g) Beneficiário de assistência judiciária gratuita e Fazenda Pública	227
h) Prévio recolhimento e insurgência contra a imposição da multa....	227
i) Destino da multa	228
j) Embargos declaratórios sucessivos.....	228

CAPÍTULO V – Recurso ordinário constitucional 229

1. Comentários ao art. 1.027 do CPC	229
---	-----

a) Origem, nomenclatura e natureza	230
b) Julgamento do recurso ordinário pelo STF	230
c) Julgamento do recurso ordinário pelo STJ.....	231
d) Hipóteses de cabimento	231
e) Decisões denegatórias.....	232
f) As causas previstas no art. 109, II, da Constituição Federal	233
g) Cabimento diante de acórdãos.....	234
h) Teoria da causa madura	235
i) Atribuição de efeito suspensivo	236
2. Comentários ao art. 1.028 do CPC	236
a) Juízo de admissibilidade.....	237
b) Interposição perante o juízo <i>a quo</i>	237
c) Competência funcional para o exame do pedido de atribuição de efeito suspensivo.....	238

CAPÍTULO VI – Recurso especial e extraordinário 239

1. Comentários ao art. 1.029 do CPC	239
a) Competência recursal extraordinária do Supremo Tribunal Federal e competência recursal especial do Superior Tribunal de Justiça	240
b) Cabimento do recurso especial	241
b.1) Alínea “a” do art. 105, III, da Constituição Federal.....	242
b.1.1) O interesse na impugnação dos tratados	242
b.1.2) Contrariedade ou negativa de vigência	245
b.1.3. Conceito de lei federal.....	246
b.1.4) A alegação como hipótese de cabimento	247
b.2) Alínea “b” do art. 105, III, da Constituição Federal	247
b.3) Alínea “c” do art. 105, III, da Constituição Federal.....	248
b.3.1) Improriedade da divergência interna	249

b.3.2) Outro tribunal.....	249
b.3.3) Comprovação do dissídio jurisprudencial.....	250
c) Cabimento do recurso extraordinário	251
c.1) Alínea “a” do art. 102, III, da Constituição.....	252
c.2) Alínea “b” do art. 102, III, da Constituição	253
c.3) Alínea “c” do art. 102, III, da Constituição.....	254
c.4) Alínea “d” do art. 102, III, da Constituição	254
d) Os requisitos de admissibilidade em matéria de recorribilidade extraordinária	255
d.1) Primazia de mérito aplicável aos recursos excepcionais	256
d.2) Preparo.....	257
d.3) Recursos excepcionais precipitados	257
e) Suspensão de outros processos (CPC, art. 1.029, 4º)	258
f) A atribuição de efeito suspensivo aos recursos excepcionais (CPC, art. 1.029, § 5º).....	258
f.1) Requisitos necessários para concessão de efeito suspensivo aos recursos excepcionais.....	259
2. Comentários ao art. 1.030 do CPC	259
a) Sistemática de interposição.....	260
b) Juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais	261
c) Admissão do recurso excepcional	261
d) Negativa de seguimento.....	261
e) O alinhamento das decisões hostilizadas com as teses adotadas nos Tribunais Superiores (“juízo de conformação”)	262
f) Impugnação concomitante de agravo interno e agravo de inadmis- são	262
g) Erro grosseiro	263
3. Comentários ao art. 1.031 do CPC	263

a) Interposição conjunta de recurso especial e extraordinário	263
b) Prejudicialidade e primazia do recurso extraordinário	264
c) Faculdade do relator	265
3. Comentários ao art. 1.032 do CPC	265
a) Fungibilidade entre os recursos excepcionais.....	265
b) Requisitos para adoção da técnica prevista no art. 1.032 do CPC.....	266
c) A técnica de envio	266
4. Comentários ao art. 1.033 do CPC	267
a) Ofensa reflexa.....	267
b) O amparo do decisum na lei federal e ainda em dispositivo da Constituição	267
c) A fungibilidade entre os recursos excepcionais	268
d) Oitiva do recorrido.....	268
5. Comentários ao art. 1.034 do CPC	269
a) Julgamento do recurso especial e extraordinário	269
b) Aplicação do direito (juízo de cassação e rejugamento do caso)....	269
c) Substitutividade e decisão de mérito	271
d) Devolutividade.....	271
6. Comentários ao art. 1.035 do CPC	272
a) A instituição do filtro da repercussão geral	274
b) A previsão do <i>caput</i> do art. 1.035 do CPC.....	275
c) A regra revogada do art. 543-A do CPC 1973.....	275
d) Competência exclusiva para apreciação da repercussão geral	275
e) Repercussão presumida	276
f) Manifestação de <i>amicus curiae</i>	276
g) Suspensão de outros processos pendentes (individuais ou coleti- vos)	276

h) Afetação e desafetação	276
i) Repercussão rejeitada e recursos sobrestados.....	277
j) Prioridade no julgamento da repercussão geral e publicação da súmula da decisão sobre repercussão geral.....	277

CAPÍTULO VII – Recursos especial e extraordinário repetitivos 279

1. Comentários ao art. 1.036 do CPC	279
a) Multiplicidade de recursos excepcionais.....	280
b) Retrospecto legislativo.....	281
c) Seleção e amostragem	282
d) Suspensão de processos pela autoridade presidencial.....	283
e) O prestígio às decisões dos Tribunais de vértice	283
2. Comentários ao art. 1.037 do CPC	285
a) O processamento dos recursos repetitivos perante o juízo <i>ad quem</i> e a decisão de afetação.....	287
b) A identificação da questão jurídica “afetada”	287
c) Prevenção e prioridade na tramitação	287
d) Revogação dos §§ 2º e 5º do art. 1.037 do CPC	288
e) A delimitação da tese afetada	288
f) Informação nos processos suspensos.....	288
g) Afetação e desafetação	288
h) Juízo de conformação	289
i) O cabimento de agravo contra o pronunciamento de afetação ou desafetação	289
3. Comentários ao art. 1.038 do CPC	290
a) Admissão de <i>amicus curiae</i> , audiências públicas e requisição de informações úteis para o julgamento dos recursos repetitivos.....	291
b) Outras hipóteses legais que autorizam a oitiva de <i>amicus curiae</i>	291

c) Abertura procedimental e discussão qualificada.....	292
d) Desequilíbrio informacional	292
4. Comentários ao art. 1.039 do CPC	293
a) Prejudicialidade.....	293
b) Ausência de repercussão geral	294
c) Tribunais decidirão aplicando a tese firmada.....	294
5. Comentários ao art. 1.040 do CPC	295
a) Publicação do acórdão paradigma	296
b) Comunicação às agências regulatórias competentes.....	297
c) Aplicação da tese firmada independente do trânsito em julgado do acórdão paradigma.....	297
d) Reflexos na tramitação das demandas em curso no 1º grau de jurisdição	297
e) Concomitância, simultaneidade de instâncias e juízo de conforma- ção	298
f) Irrecorribilidade da decisão que determina a devolução ao Tribunal de origem	298
6. Comentários ao art. 1.041 do CPC	298
a) Juízo de retratação negativo.....	299
b) Retratação positiva e julgamento de questões não decididas.....	300

CAPÍTULO VIII – Agravo em recurso especial e em recurso extra-ordinário 301

1. Comentários ao art. 1.042 do CPC	301
a) Inadmissão do recurso especial ou extraordinário	302
b) Forma de interposição.....	303
c) Ônus de impugnação especificada dos fundamentos da decisão de inadmissibilidade.....	303

d) Processamento (contraditório, juízo de retratação e remessa à Corte Superior).....	303
e) Julgamento.....	304

CAPÍTULO IX – Embargos de divergência 305

1. Comentários ao art. 1.043 do CPC	305
a) Cabimento.....	306
b) Conteúdo da divergência.....	307
c) Decisão paradigmática proferida pelo mesmo órgão fracionário	308
d) Comprovação da divergência	308
e) Demonstração da divergência	308
f) Motivação genérica	308
2. Comentários ao art. 1.044 do CPC	309
a) Procedimento.....	309
b) Efeito interruptivo.....	309
c) Ausência de efeito suspensivo.....	310
d) Formação de precedentes de observância obrigatória	310

BIBLIOGRAFIA 311